A narrativa como memória de experiências

Aline Bernar*

Eu sempre trabalhei na roça e chegava a chorar quando via alguém lendo e escrevendo (DONA MARIA DE FÁTIMA).

A citação que trago para abrir este artigo é uma frase de uma das mulheres a quem a escolarização foi negada com cuja narrativa dialogo na minha pesquisa doutoral. Trata-se de uma senhora de quase 80 anos que passou a vida toda guardando o desejo de aprender a ler e a escrever, tendo conseguido realizá-lo só na terceira idade.

Tratei do tema da alfabetização na terceira idade em minha dissertação de mestrado em Educação. Entretanto, o tema não ficou ali restrito, tendo se desdobrado em outros modos de ver e de narrar. Por essa razão, abro o texto com um trecho de uma narrativa de memória de Dona Maria de Fátima.

A narrativa dessa senhora traz a recordação de um episódio do passado, mas que não permaneceu no passado. Esse episódio, que a acompanhou durante toda uma vida, move-me a pensar melhor o que se chama o tempo da narrativa. Que tempo seria esse que extrapola os liames do próprio discurso? Que tempo mais curioso esse que pertence ao passado, mas que não fica por lá? Tempo que insiste em seguir, como se não tivesse limite ou não pertencesse a um determinado evento localizado no passado.

Os teóricos da literatura fazem uma distinção que julgam ser importante no exercício de análise literária: o tempo cronológico *versus* o tempo da narrativa. O tempo cronológico é o tempo do relógio, da linearidade, dos fatos ordenados, do início, meio e fim nas devidas posições. Já o tempo da narrativa dispõe de outras maneiras de ser notado. Esse tempo especial pode ter seu início pelo meio (*in media res*) ou pelo fim (*in ultima res*). Isso é possível porque um narrador pode começar a sua história de qualquer ponto da narrativa, do meio da história ou do fim da história, voltando depois ao início, ao fazer um grande *flashback*.

Ao falar disso, é importante trazer Walter Benjamin (1992) cuja falta de ordenamento não se observa apenas nas suas reminiscências, mas certamente também

* Doutora e Mestre em Educação pela UFF - Universidade Federal Fluminense - Linha de Pesquisa: Estudos do Cotidiano da Educação Popular. Licenciada em Letras - Português/Inglês pela UERJ/FFP. E-mail: alinepbernar@gmail.com

na disposição dos livros de sua biblioteca, de acordo com seu amigo íntimo, Scholem, e, principalmente, em seus textos de caráter mosaico, segundo Hannah Arendt (1991), na obra “Homens em Tempos Sombrios”. O que o inspirava, conforme anotações e cartas enviadas aos seus amigos mais próximos, era o movimento surrealista, capaz de ver riquezas na efemeridade, naquilo que está desacreditado ou desiludido. Outra questão importante é trazida em “Rua de Sentido Único e infância em Berlim por volta de 1900”, publicada por Ernest Rowolthlt, em Berlim, em forma de folheto. Segundo o próprio Benjamin (1992), essa obra pretendia ser um tipo de livro diferente dos habituais. A obra em questão traz vários pequenos textos fragmentados, sem pretensão cronológica e organizados sem uma ordem preestabelecida. Feita de pequenos textos, exibiria o que se costumava reconhecer no estilo benjaminiano: seu gosto pelas miniaturas. Mas pergunto-me: o que esse gosto particular de miniaturizar de Walter Benjamin teria em relação aos apontamentos sobre memórias ou reminiscências (trazidas da memória em esquecimento)? Quando busco os possíveis significados desse verbo, encontro: miniaturizar é reduzir, é tornar portátil ou útil, mas também pode significar “ocultar”. E, quando ligo os significados à vida e obra de Benjamin, indago que outra maneira – senão em miniaturas – seria mais adequada para um refugiado, estrangeiro ou viajante carregar seus pertences, incluindo suas memórias? O gosto pelo que é pequeno (em termos espaciais) pode fazer lembrar o mundo infantil, mas também me faz pensar no que ele mesmo chamou de “mundo pequeno”, quando nomeou a Paris dos surrealistas.

Segundo Sontag (1992), pouco antes de sua morte, Benjamin planejava um ensaio sobre a miniaturação. Ao que tudo indicava, seria uma continuação de um velho plano de escrever sobre “A Nova Melusina”, conto de Goethe, que tem por tema a história de um homem que se enamora por uma mulher que, na realidade, é uma pessoa diminuta, mas a quem, temporariamente, foi concedido o tamanho normal: sem o saber, o homem transporta uma caixa que contém o reino em miniatura de que ela é princesa. No conto de Goethe, o mundo está reduzido a algo que bem poderia ser colecionável, um objeto, uma caixa que simboliza o mundo (em miniatura) da tal princesa.

Quando penso um mundo reduzido, penso no livro como espaço diegético para personagens e narradores (do gênero narrativo escrito), mas penso também no espaço deixado para que o leitor possa adentrar e ocupar seu lugar com a sua interpretação, que é sempre única ou singular. Quando Benjamin pensa no formato da obra “Rua de Sentido Único e infância em Berlim por volta de 1900” não pretende, ainda segundo Sontag (1992), que esta seja apenas um livro com vários fragmentos do mundo, mas sim um “pequeno mundo”. Observo que a expressão feita com o adjetivo “pequeno” antes do substantivo “mundo”, adquire o contexto desejado pelo autor, pois não inferioriza o

“mundo”, apenas diz que é circunscrito, reduzido e, até se quiser, especial. Entretanto, se o adjetivo “pequeno” viesse após o substantivo “mundo”, a expressão que utiliza as mesmas palavras ganha outra conotação, podendo ser associada ao que se configura como menor ou mesquinho.

Para Walter Benjamin (1992), o livro era uma miniaturação do mundo que é habitado¹ pelo leitor. E é só dessa forma, entrando no livro (no que chama de “pequeno mundo”), que é possível encontrar significado nos acontecimentos do passado, acontecimentos que, na sua concepção, são “eufemisticamente conhecidos por experiência” (Idem, p. 24).

Aqui vejo surgir a complexa, mas não menos interessante, questão da *experiência*². Mas, antes de percorrer os caminhos de qualquer outra análise, tento pensar, junto com a frase de Benjamin (1992), nas narrativas com as quais trabalho em minha tese. São narrativas orais que trazem acontecimentos do passado, que voltam ao período da infância em que o desejo pela escolarização tinha força, mas não uma força suficiente para vencer todos os interditos impostos às mulheres. Entretanto, ao tocar na possibilidade de encontrar significado nos acontecimentos do passado, Benjamin os define como um “eufemismo” que se conhece com o nome de *experiência*.

Para tentar entender melhor o que Benjamin (1992) escreveu, penso antes na figura de linguagem usada por ele para definir o termo *experiência*. A figura eufemismo nada mais é que a tentativa de minimizar ou suavizar um termo, situação ou expressão que possa, talvez, chocar o interlocutor. *Experiência* seria, então, para Benjamin (1992), a suavização de algo equivalente a “acontecimentos do passado”. Talvez tenha sido assim definido por ser um conceito impreciso ou ainda porque a palavra *experiência* possa também apontar para algo associado à experimentação, que pode mudar de acordo com o pensamento de cada autor. São hipóteses apenas, mas, a partir delas, caminho para uma questão que, neste momento, coloca-se diante de mim: Benjamin (1992) diz que a *experiência* é um eufemismo, uma suavização para “acontecimentos passados”. Pode ser que o autor tenha usado a palavra *experiência* por ser mais abrangente e menos específica do que “acontecimentos”; mas preciso de mais, preciso relacionar *experiência* com a narrativa, já que esta se situa no cerne da minha pesquisa e que também pode conter acontecimentos passados. Penso em mais uma hipótese. Embora apareça em forma de pergunta, é apenas mais uma tentativa de entender um conceito

¹ Penso no texto de Martin Heidegger: “Poeticamente o homem habita”, mesmo tendo lido, na introdução de Susan Sontag para a obra “Rua de Sentido Único e infância em Berlim por volta de 1900”, que Walter Benjamin desprezava Heidegger.

² Faço opção por grifar o conceito em itálico para distingui-lo da palavra.

tão complexo: seria, a narrativa, o local da *experiência* por excelência, assim como o poema é o local do encontro?

Assim como Benjamin (1992) e outros teóricos problematizam o conceito de *experiência* e, conseqüentemente, a escassez do trabalho narrativo, Jacques Derrida (2003) também pensa e faz pensar no poema como local do encontro com o outro. Se eu puder seguir esse raciocínio, posso pensar a narrativa como local da *experiência* e também como local do encontro do narrador consigo mesmo. Assim como um poeta que, segundo Paul Celan (2001), deixa parte de si no papel em que escreve seu poema e se lança ao desconhecido, a um encontro com o Outro, a um possível e provável leitor, a narrativa também parte, também vai a caminho, vai ao encontro, provavelmente, de um “si mesmo” transfigurado pelo papel do Outro.

O poético, digamos, seria aquilo que deseja aprender, mas do outro, graças ao outro e sob ditado, de cor. Não é isso já o poema, quando uma garantia é dada, um evento que vem, no momento em que a travessia da estrada chamada tradução se torna tão improvável quanto um acidente, contudo intensamente sonhada, solicitada nesse ponto em que o que promete deixa sempre a desejar? (DERRIDA, 2003, p. 6-7).

Derrida também discorre sobre a questão da *experiência*, dizendo ser ela outra palavra para viagem, ou uma “incursão aleatória num trajeto”.

Assinala que o poema é um evento, inesperado, mas desejado, que se expõe e se protege. Ele cria a metáfora do ouriço enrolado em bola na beira de uma estrada que, ao pressentir o perigo, tenta se proteger, mas seus espinhos eriçados o expõem ao acidente: ele cega-se quando enrolado em bola, voltado para o Outro e para si ao mesmo tempo. Assim, protegendo-se do Outro fora dele, ele também acertaria o Outro dentro dele, tão desconhecido e estrangeiro como o primeiro. Assim,

[...] o poema pode enrolar-se em bola, mas fá-lo ainda para voltar os seus signos agudos para fora. Ele pode, sem dúvida, refletir a língua ou dizer a poesia, mas nunca se refere a si mesmo, nunca se move por si como estes engenhos portadores da morte. A sua ocorrência interrompe sempre, ou desvia, o saber absoluto, o ser junto de si na autotelia. Este demônio do coração jamais se congrega, antes se perde (delírio ou mania), expõem-se à sorte, preferiria deixar-se despedaçar por aquilo que sobre ele avança (DERRIDA, 2003, p. 10).

Para entender melhor o que vem a ser o conceito de *experiência* e ver se ela ocorre nas narrativas trabalhadas, parto das palavras de Walter Benjamin (1992), mas encontro outros pensadores e teóricos pelo caminho que também oferecem suas concepções à análise. O professor de Filosofia da Universidade de Verona, Giorgio Agamben (2014), por exemplo, ao pensar sobre a pobreza em *experiência* comunicável, trazida por Walter Benjamin (1992), reflete sobre sua destruição:

Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer. Pois, assim como foi privado de sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo (AGAMBEN, 2014, p. 21).

Agamben (2014), assim como Benjamin (1992), acredita na ausência de capacidade narrativa. Para Benjamin, a guerra foi uma responsável muito importante, pois os homens voltavam emudecidos. Contudo, para Agamben, o homem moderno, muitas das vezes, não deseja ter a *experiência* e foge dela. Dessa forma, não precisa de uma catástrofe como uma guerra, porque o homem estaria, segundo ele, “expropriado de sua experiência”. Os eventos nunca se tornariam experiências porque tudo é vivido de forma efêmera e superficial, quase nada hoje teria elementos traduzíveis em *experiência*. Para ele, os gêneros do discurso, a máxima e o provérbio, por exemplo, praticamente não existem mais. Agora é a vez de o *slogan* mostrar que ali não é o lugar a procurar pela *experiência*.

A princípio, ao estudar o conceito de *experiência* para a tese, pensava que ele se relacionasse diretamente ao aspecto narrativo das histórias de vida com as quais eu trabalhava. Não necessariamente na volta ao passado para recordar os fatos vividos, mas na confecção da própria história com as reminiscências de muitos sentimentos e emoções misturadas, com os silêncios, com os espaços vazios e com as criações improvisadas na hora ou decoradas. Assim, achava eu ter exemplos do conceito de *experiência* com as narrativas orais outrora produzidas pelas mulheres diante de mim. Mesmo no papel, esperava encontrar, nas palavras e nas frases, mas também nas entrelinhas, aquilo que não é visível no papel, mas que se experimenta ao criar e ao ouvir.

Entretanto, ao reler a leitura de Agamben (2014) sobre a obra de Benjamin, percebi que o que Agamben chama de “expropriação da experiência” já estava implícito no projeto da ciência moderna. Esta nasce desconfiada em relação à experiência e, ao enumerar os pensadores, suas teses e projetos, é notório que, quando se fala em ciência

moderna, não se fala de confiança, mas de dúvida. Se a *experiência* ocorresse espontaneamente, ela seria chamada de “acaso”, se fosse buscada, ela se chamaria de “experimento”.

Neste último estava o melhor meio de comprovação científica quantitativo. Mas o mais grave é que o experimento retira a *experiência* de dentro do homem e a lança aos instrumentos e números. O experimento é frio, independe de sentimentos e emoções e busca uma certeza, sendo esta incompatível, por sua natureza, com a busca pela certeza e pela verdade. Citado por Agamben, Montaigne, que definia a matéria da experiência pouco voltada à ciência, teria dito que: “sobre a experiência não é possível fundar nenhum juízo constante (MONTAIGNE apud AGAMBEN, 2014, p. 26).

Ao pensar no conhecimento separado da *experiência*, vejo que, em seus escritos, Agamben recorre a Aristóteles, Montaigne e Platão e pensa junto deles para dizer que ambos sempre foram assim:

O conhecimento não possuía nem mesmo um sujeito no sentido moderno de um “ego”, mas, ao contrário, era o próprio indivíduo o “sub-jectum” no qual o intelecto agente, único e separado, realizava o conhecimento (AGAMBEN, 2014, p. 26).

O conceito de *experiência* apresenta diversas leituras e interpretações. Assim, pela própria disputa entre os autores, inclusive os seguidores do pensamento aristotélico, não se mostram simples tais interpretações. Isso porque a separação do conhecimento da *experiência* vai bem mais além. Tendo o intelecto representado como inteligência (*nous*), e a *experiência* representada pela alma (*psyché*), diziam, desde a era medieval, que o intelecto não era uma faculdade da alma. Embora se encontrassem totalmente divorciados, segundo o pensamento de Aristóteles, eles se comunicariam apenas para realizar o conhecimento. Nesse sentido, a *experiência* chamada de tradicional considera o limite que separa os dois lados.

O inteligível e o sensível, o humano e o divino, o uno e o múltiplo apontavam já o saber humano como um *pátheimáthos*, que é um aprender que se dá somente através ou após um tipo de sofrimento. Julgo essa consideração importante, se puder considerar que o aprender que passa pela escola ou mesmo em outros locais - sem generalizar nem particularizar nenhum lado -, vem, sim, carregado de sofrimento. A vida escolar é recheada de ritos pelos quais os estudantes precisam passar, contudo, nem todos esses rituais escolares valorizam ou engrandecem o estudante. Tais rituais podem mais ridicularizar, expor, silenciar etc. do que o contrário.

Esses rituais que estou chamando de escolares, na verdade, são da mesma natureza que os outros rituais de passagem que todas as culturas possuem. São de passagem porque é como se o estudante passasse por um túnel mágico que faria aquele que entra no ritual sair como um ser diferente. A criança do primeiro dia de aula sairá da escola como um estudante de fato. A criança que, ao chegar ao final do 1º ano, é agora uma criança que sabe ler, isto é, alfabetizada. Sei que nem sempre sabe de fato ler, mas o ritual da antiga festa da “entrega do livro” diz que sim, que ela sabe, da mesma forma como o doutorando que espera sair de sua defesa de tese como um doutor. Assim,

[...] em sua busca pela certeza, a ciência moderna abole esta separação e faz da experiência o lugar – o ‘método’, isto é, o caminho – do conhecimento. Mas, para fazer isto, deve proceder a uma refundição da experiência e a uma reforma da inteligência, desapropriando-as primeiramente de seus sujeitos e colocando em seu lugar um único novo sujeito (AGAMBEN, 2014, p. 28).

O que Agamben está dizendo é que *experiência* e ciência, que até então se referiam a dois sujeitos distintos, agora se reúnem em um sujeito único, dando origem ao *ego cogito* cartesiano, ou seja, à consciência. O sujeito que une *experiência* (*nous*) e conhecimento (*psyché*) é apresentado hoje como uma substância (eu substantivado), mas diferente da substância material, a quem é atribuído tudo que caracteriza a psicologia tradicional e, inclusivamente, a sensação.

Se a finalidade da experiência era conduzir o homem à maturidade é porque, antes, ela tinha um caráter finito, algo que se podia ter e fazer. Entretanto, quando essa experiência está referida ao sujeito da ciência, ela move-se ao contrário e adquire um caráter infinito, algo que se pode fazer, mas nunca ter. Significa que o velho sujeito da experiência não existe mais. Em seu lugar, existem dois sujeitos: o do conhecimento, que pode apenas fazer experiências, e o sujeito da experiência, que pode tê-la, sem jamais fazê-la. Para Agamben (2014), os personagens de Cervantes, Dom Quixote e Sancho Pança personificariam os dois tipos de sujeito: o do conhecimento e o da experiência, respectivamente. “É a experiência, que temos oportunidade de adquirir quase diariamente, que nos determina a distância e o ângulo de visão. Ela diz-nos que a arte de narrar está em extinção” (BENJAMIN, 1992, p. 27-28).

Walter Benjamin, no texto “O Narrador” (1992), vai explicar que a arte de narrar está em extinção porque as pessoas perderam sua capacidade de trocar experiências. Explica ainda que ele não está falando de qualquer troca de experiência, mas da *experiência* que “anda de boca em boca”, fonte na qual os narradores da tradição oral

vão beber. A essência da narrativa, para Benjamin (1992), é a utilitária, moralizante, de dar conselhos ou orientações aos seus ouvintes. O narrador da tradição oral, ao contar suas histórias, teria nelas sempre um ensinamento a dividir. Hoje, porém, esse tipo de prática que comunica, aconselha ou troca experiências está morrendo. A explicação que Benjamin oferece é que, para pedir um conselho, em seu sentido mais amplo, é preciso, antes de qualquer coisa, saber narrar a sua própria história. Ao solicitar uma orientação, instrução ou conselho, é preciso que o narrador saiba contextualizar a sua narrativa, expor abertamente a sua situação crítica para, aí sim, abrir-se ao recebimento do que configura o conselho: a sabedoria. “O narrador vai colher aquilo que narra à experiência, seja própria ou relatada. E transforma-se por vezes em experiência daqueles que ouvem sua história” (BENJAMIN, 1992, p. 32).

Essa sabedoria de que Benjamin (1992) fala está ligada à tradição oral, não aos livros escritos. A tradição oral, bem como seus narradores, ao dividir suas histórias, trazia, de forma inerente, o compartilhamento de experiências individuais ou coletivas. O próprio momento da narração, que configura um momento de criação, está também relacionado a essa troca com os demais, com os ouvintes que dividem aquele espaço e tempo da narrativa com outros. No momento da narrativa, cada um, à sua maneira, levará consigo a experiência ou sabedoria compartilhada que mais se aproximar das suas necessidades e com elas terá oportunidade de recontar, em outro momento e local, a “mesma” história que nunca será a mesma.

Sendo atemporal, a narrativa não perde nunca sua atualidade e pode perpassar várias gerações diferentes, trazendo ainda sua contribuição para as dúvidas ou mazelas inerentes à essência do sujeito. Essa narrativa, chamada de artesanal por Benjamin (1992), é uma espécie de mergulho na experiência do narrador que a vive como ofício. Esse ofício não é apenas o dom de narrar, mas também de ouvir e de recontar. Nas rodas de contações de histórias que temos notícia da tradição oral, o ouvinte estava com as mãos ocupadas, tecendo, costurando ou mesmo limpando as ferramentas de trabalho para o dia seguinte. Assim, esse “esquecer de si”, ocupado com as mãos, fazia do dom de ouvir o dom de narrar.

Entretanto, depois de vasculhar sobre a noção de *experiência*, sem deixar de pensar nas narrativas que configuram o motivo de estudo de minha tese, vou ao encontro de mulheres, musas narradoras de suas próprias histórias. Como analfabetas, só podiam contar com a memória. Como crianças pobres e impedidas de escolarização, só encontravam prazer com autonomia na fantasia ou imaginação.

Segundo Agamben (2014), a função mediadora da imaginação na época medieval traz uma homologia entre fantasia e experiência. Depois, com o nascimento da ciência

moderna, a função da fantasia é assumida pelo novo sujeito do conhecimento: o *ego cogito*. Entretanto, *cogitare* significou, antes, o discurso da fantasia que o ato da inteligência. Dessa forma, por ser a fantasia, no passado, uma coincidência entre subjetivo e objetivo, ela tinha lugar. Mas, quando passou a configurar o subjetivo, o mágico, a alienação, foi expropriada, excluída da *experiência* autêntica, era, praticamente, um outro nome para a ciência que surgia.

Ao pensar na *experiência* como fantasia, penso também em “nomes” ou termos que estão quase sempre associados às experiências narrativas, orais ou escritas. Se *Mnemosine* era a deusa da memória, a *Reminiscência* é a musa da épica, pois transmite os acontecimentos de geração em geração. Assim, a *Recordação* vem como musa do romance e a *Memória*, musa da narrativa. Benjamin (1992) menciona essas musas épicas que a figura do narrador personifica. Dessa forma, trago para a roda uma personificação pensada por mim: se o autor fala que, em cada narrador, habita uma *Xehrazade*, então é exatamente essa figura que as mulheres cujas narrativas dividiram comigo personificam.

A figura da personagem *Xehrazade* é conhecida por narrar uma longa história para adiar a sua morte. Com as suas narrativas, as mulheres desta pesquisa também adiavam não a morte física, literal, mas, sobretudo, a morte de um projeto, de um sonho de um objetivo de vida: a alfabetização. Narrando suas histórias de uma infância impedida de escolarização, elas mantinham vivo seu desejo e acendiam em suas memórias a fâsca que renovava sempre o fogo da sua realização. “O adulto, ao narrar uma experiência, alivia seu coração dos horrores, goza duplamente uma felicidade. A criança volta a criar para si todo o fato vivido, começa mais uma vez do início” (BENJAMIN, 2009, p. 101).

É vivendo que o sujeito desenha os contornos de sua história pessoal. Mas essa história pessoal ou a narrativa que se constrói em uma vida não se constroem sozinhas. Em uma dada história pessoal, habitam outras tantas histórias, ouvidas, lidas ou vivenciadas. Nas histórias de vida, não existe a voz de um único sujeito, pois, assim como as histórias que se cruzam e se multiplicam em muitas outras, as vozes também se encontram e se embaralham em um coro bilateral que confunde, por exemplo, a noção de autoria.

O que é de fato meu e o que pertence ao Outro? Venho aprendendo a pensar sobre essas questões. Venho aprendendo também que, em algumas situações, é difícil discernir, pois o sujeito, em sua constituição, está indiferenciado com os muitos outros que existem ou existiram em sua vida.

É justamente por esse inevitável embaralhamento de histórias de vida e de vozes que opto, em minha tese, pela pesquisa-narrativa como metodologia mais apropriada para trabalhar as narrativas trazidas nas falas de mulheres idosas que retornam pela memória ao período infantil e contam sobre a sua infância sem escolarização. Sei que a metodologia consiste no caminho que se opta por percorrer, mas que, como qualquer outro caminho, demanda que eu saiba de onde parto e para aonde pretendo ir. Parto de narrativas orais transcritas, colhidas antes da realização da pesquisa doutoral, mas que possuem elementos que não puderam ser trabalhados na dissertação de mestrado. Vou das narrativas do presente para “acontecimentos passados” ou experiências, segundo Benjamin (1992), vividas no passado. Entretanto, a construção dessas narrativas, que se deu no presente, recupera indícios ou vagas lembranças do passado, mas não traz o período passado para o presente, ou melhor, não traz a infância dessas mulheres para seu momento presente, a velhice.

O passado de qualquer sujeito fica sempre no passado. Este não sai de seu lugar e invade o presente conforme se pensa quando se fala de memórias ou lembranças. As pessoas costumam romantizar e dizer que, ao usarem a memória, revivem os fatos passados tal qual eles ocorreram há anos, com o que, de fato, preciso discordar, vez que a lembrança desses fatos nunca ocorre da mesma maneira e seu produto não pode ser verossímil nem mesmo para aquele que conta. A cada oportunidade que se tem de relembrar um evento, de recontar uma situação, é possível que alguns detalhes sejam omitidos ou acrescentados. Penso em irmãos criados juntos que apresentam registros de memórias totalmente diferentes da mesma infância. Seus pontos de vista, suas percepções e emoções são apenas alguns dos fatores que contribuem para que essa diferença exista. Quem de fato está certo? Eles nunca saberão.

Contudo, penso também nas vezes em que o sujeito conta e reconta a sua própria história de vida. A cada vez uma nova história se apresenta, um novo contexto ou emoção se configura. Não estou simplesmente dizendo que o sujeito burla suas lembranças propositalmente, estou pensando nas vezes em que se acredita seriamente na veracidade dos fatos independentemente da opinião alheia e ainda quando nem se percebe a alteração dos detalhes.

Por que isso acontece? Isso acontece porque a memória não é rígida, não é nítida, não é linear, não é cronológica ou racional. Pelo contrário, seus aspectos mais recorrentes me levam a crer que esse material, tão dúbio quanto efêmero, não pode ser manipulado, ele é livre para ir e vir de onde estivermos para qualquer lugar do passado.

Nas narrativas trabalhadas ainda no mestrado, notei que as mulheres que ali contam parte de sua história de vida, vão, inevitavelmente, de onde estão, da terceira

idade, para uma fase específica do passado: a infância ligada à negação da escolarização. Elas não apontam importância nem comentam com tanta energia sobre nenhum outro acontecimento ou fase da infância, apenas sobre a fase de uma possível escolarização que não ocorreu.

Foi assim que me deparei no mestrado com a pesquisa (com) e com a conversa como uma metodologia possível e válida não apenas dentro da Educação. Mas, diferentemente do que pensava, desta vez, não poderia trabalhar com nenhuma das duas. Assim, nas aulas de Memória e Narrativa, fui percebendo que precisava de outra metodologia para realizar a pesquisa a que me propunha.

Peguei tudo o que tinha e voltei a analisar. De fato, eu não estava mais em campo, não teria encontros quinzenais com as mulheres idosas com as quais pesquisei. Dessa forma, eu não mais poderia pesquisar (com) elas. O que tinha eram recortes das conversas em que a questão da infância sem escola saltava aos olhos. Precisava definir o que me levou novamente a buscar essas narrativas, definir melhor o meu problema de pesquisa, bem como a questão que norteava a minha reflexão, além de fazer uma revisão da literatura a ser utilizada.

De porte do que tinha para pesquisar, fui conhecer uma nova metodologia de pesquisa: a pesquisa narrativa. Precisava começar pelas narrativas que iriam apontar os caminhos para os quais eu levaria os teóricos para com eles dialogar. Contudo, não pretendia fazer um trabalho de análise do discurso. Eu queria, na verdade, voltar a encontrar com aquelas mulheres idosas, nem que fosse dentro de suas narrativas ou no caminho trilhado por suas memórias. Então, busquei conhecer mais da metodologia a ser empregada e, em um dos textos estudados, encontrei as vozes de Guilherme Prado e Liana Serodio:

A pesquisa narrativa, para ser o que entendemos como metodologia narrativa de pesquisa em Educação, exige que o pesquisador se coloque como participante da pesquisa, de maneira subjetiva, implicada e nada neutra, com seus atos responsivos ao que vier, inclusive conflitos (PRADO; SERODIO, 2015, p. 101).

Assim, fui estudando e percebendo que a pesquisa narrativa se realiza em vários campos do conhecimento e pude verificar que a potência da narrativa como produtora de saberes estava sendo trabalhada pelo mundo afora. Então, decidi que partiria das narrativas de que dispunha para trabalhar as questões que ainda ecoavam dentro de mim. Assim, pude compreender que não precisaria fazer propriamente uma análise do discurso, como se faz na área de Linguística, pois existia a possibilidade de fazer “a

análise narrativas das narrativas”, ou seja, “a produção de uma narrativa em que as narrativas depois de analisadas possam se conformar numa certa realidade narrativa” (PRADO; SERODIO, 2015, p. 105).

Referências

AGAMBEN, G. **Infância e História – Destruição da experiência e origem da história**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARENDT, H. **Homens em Tempos Sombrios**. Tradução: Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENJAMIN, W. **Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900**. Tradução: Isabel Almerinda de Sousa. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BENJAMIN, W. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Tradução: Maria Luz Moita. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o Brinquedo e a Educação**. Tradução: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2009.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas II – Rua de Mão Única**. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CELAN, P. **O Meridiano e Outros textos**. Lisboa: Cotovia, 2001.

DERRIDA, J. **Che cos' è la poesia?** Tradução: Osvaldo Manuel Silvestre. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2003.

HEIDEGGER, M. **Caminhos de Floresta**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

PRADO, G. do V. T.; SERODIO, L. Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação na Perspectiva do Gênero Discursivo Bakhtiniano. In: PRADO, G., SERODIO, L., PROENÇA, H.; RODRIGUES, N. (Orgs.) **Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação – uma perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João editores, 2015.

SONTAG, S. “Sob o signo de Saturno”. In: BENJAMIN, W. **Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900**. Tradução: Isabel Almerinda de Sousa. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.